

EM BUSCA DE UMA ECLESIOLOGIA REFORMADA: A NATUREZA DA IGREJA CONFORME AS CONFISSÕES

*Heber Carlos de Campos Júnior**

RESUMO

Ao levantar a pergunta sobre o que é uma eclesiologia reformada, o autor demonstra um problema de identidade quando reformados levantam assuntos que não representam o âmago da eclesiologia ou fundamentam suas respostas em experiência própria ou algum grande teólogo. Como caminho mais fiel à tradição em debate, o autor propõe analisar a natureza da igreja à luz de confissões reformadas. Ao apresentar a essência da eclesiologia reformada encapsulada na expressão “comunhão dos santos” e descrever os quatro atributos da igreja (una, santa, católica e apostólica) à luz de distinções importantes (organismo x organização, visível x invisível), o autor conclui que uma eclesiologia reformada não é algo simples de definir, mas que um melhor entendimento do conceito reformado da igreja inspira amor pelo que Deus já fez na igreja, além de esperança e fé quanto ao que Deus há de fazer nela.

PALAVRAS-CHAVE

Eclesiologia; Igreja reformada; Credos; Confissões; *Mater fidelium*; *Communio sanctorum*; Atributos da igreja; Marcas da igreja.

1. PROBLEMA DE IDENTIDADE

O que seria uma eclesiologia reformada? Observe bem a pergunta. Ela não busca uma resposta que apresenta doutrinas características de igrejas reformadas. Por exemplo, costumeiramente ouvimos dizer que as igrejas reformadas

* O autor obteve o grau de doutor em Teologia Histórica (Ph.D.) no Calvin Theological Seminary, em Grand Rapids, Michigan. É professor dessa área no CPAJ, no Seminário Teológico Rev. José Manoel da Conceição e pastor da Igreja Presbiteriana Aliança em Limeira (SP).

ensinam a soberania de Deus na salvação (os cinco pontos do calvinismo). Mas a pergunta não é acerca do que constitui uma soteriologia reformada. Não! A pergunta trata da eclesiologia, o estudo da igreja. Vamos colocar a pergunta de outra forma. Qual o conceito de igreja característico do pensamento reformado?

Uma segunda tentativa de resposta à pergunta chave poderia tratar da questão do governo presbiteriano. De fato, a forma de governo presbiteriano tem marcado as igrejas reformadas. Elas realmente têm sido, na sua maioria, regidas por presbíteros eleitos pela igreja para exercerem um governo representativo que cuida da administração, do ensino e do pastoreio. Ainda assim, historicamente isso não é o que melhor define uma igreja reformada, pois uma parcela razoável de teólogos reformados aderiu a outras formas de governo. Puritanos renomados como John Owen e Thomas Goodwin nunca têm sua identidade reformada questionada e, no entanto, foram defensores do sistema congregacional de governo.¹ Outros reformados antigos como William Perkins e recentes como J. I. Packer desenvolveram sua fé reformada no contexto episcopal da Igreja Anglicana. A própria Assembleia de Westminster tinha reformados de pontos de vista diferentes quanto ao sistema de governo que melhor representava o ensinamento bíblico (presbiterianos, congregacionais, episcopais, erastianos). Além disso, a história do movimento reformado atesta diferentes concepções sobre os oficiais. Nas *Ordenanças Eclesiásticas* (1541), que regeram a igreja genebrina durante o período de João Calvino, se estabelecem quatro tipos de ofício (pastores, doutores, presbíteros e diáconos – sendo que este último tinha duas modalidades),² um modelo que já não vigora nas igrejas reformadas atuais. Portanto, sistema de governo não é a resposta mais satisfatória à pergunta inicial.

Uma terceira tentativa em respondê-la poderia estar no elemento cúltilo. É comum nós falarmos de alguns estilos litúrgicos como sendo reformados e outros não. Temos a percepção de que certos cultos são pentecostais enquanto outros são reformados. Mas o que faria parte de um culto reformado que não faria parte de um culto em uma igreja batista mais tradicional? Essa é uma pergunta importante porque nos chama a atenção para o quanto atentamos para a forma, mais até do que para o conteúdo. Acontece que os documentos reformados de culto³ falam de princípios e elementos, mas pouco de forma.

¹ Ambos escreveram a *Declaração de Savoia* (1655) que é quase idêntica à *Confissão de Fé de Westminster*, mas que modifica a questão do sistema de governo.

² Cf. Draft Ecclesiastical Ordinances. In: REID, J. K. S. *Calvin: Theological Treatises*. The Library of Christian Classics. Philadelphia: Westminster Press, s.d., vol. 22, p. 58-66.

³ Refiro-me aos catecismos e confissões comumente adotados por reformados como exposição fiel de nossa fé. Não estou considerando documentos como o *Livro de Oração Comum* (1552) ou o *Diretório de Culto de Westminster* (1645), que foram documentos produzidos sobre o culto, mas não são frequentemente subscritos por igrejas reformadas.

Pregação da palavra, orações, cânticos e sacramentos são elementos do culto presentes em quase todas as confissões reformadas.⁴ Entretanto, não há nada próximo de uma unanimidade entre os reformados sobre qual é o estilo ou a forma de culto realmente reformados.

Somado à dificuldade de apontar os elementos chave de uma eclesiologia reformada, temos por costume mostrar dificuldades em embasar nossas opiniões sobre a identidade reformada. Nós, que nos julgamos reformados, interpretamos a palavra “reformado” muito baseados em nossa própria experiência. A nossa igreja local, ou o pastor que nos discipulou, ou o professor do seminário onde estudamos, essas são referências subjetivas do que significa reformado. Quando apelamos para bases tão subjetivas é comum termos conflitos de opiniões quanto ao que seja reformado.

Outros já têm o cuidado de citar algum escritor renomado em nossa tradição para embasar uma alegação de que algo é reformado: João Calvino, Charles Hodge, Louis Berkhof. Por mais que esses escritores sejam luminas importantes e até certo ponto representativos do pensamento reformado, cada um deles é apenas um indivíduo que fez parte de uma tradição. Para respondermos a pergunta acerca da eclesiologia reformada precisamos pensar de modo mais abrangente, englobar mais pessoas, a fim de dar um retrato fiel de toda a tradição.

Por isso, precisamos voltar aos documentos históricos, aos credos que primeiro tentaram definir de forma concisa o que é a igreja. Os símbolos de fé são importantes não só por serem sintéticos, mas por serem representativos de uma tradição. Embora alguns deles tenham sido escritos por uma pessoa, enquanto outros por várias mãos, a verdade é que todos eles eram endossados por comunidades inteiras. Tantos os credos ecumênicos (*Credo Apostólico*, *Credo Niceno*, *Definição de Calcedônia*) quanto as confissões foram representativos da fé de muitos que os subscreviam. Os credos mencionados são aceitos por toda a cristandade e as confissões dos séculos 16 e 17 tinham caráter nacional.⁵ Portanto, a igreja de cada nação (aquele era um período em que não havia separação entre igreja e estado) era regida por uma confissão.

Sendo assim, iniciaremos afirmando que uma eclesiologia “reformada” precisa ser extraída das confissões reformadas. Este ensaio visa delinear os fundamentos da eclesiologia reformada a partir de confissões reformadas,

⁴ *Confissão de Fé de Westminster* (1647), 21.3, 5; *Artigos Irlandeses* (1615), 71-72; *Segunda Confissão Helvética* (1566), 19.1, 23.3.

⁵ Entre os reformados, a produção de confissões e catecismos estava ligada ao surgimento de igrejas estatais ou municipais. À medida que as nações se viam livres do jugo centralizador do Sacro Império Romano, elas procuravam particularizar uma série de fatores, inclusive suas igrejas. Sendo assim, cada jurisdição política escrevia uma confissão distinta: *Primeira e Segunda Confissões Helvéticas* (1536 e 1566), *Confissão Galicana* (1559), *Confissão Escocesa* (1560), *Confissão Belga* (1561), *Os Trinta e Nove Artigos* da Inglaterra (1571), *Os Artigos Irlandeses* (1615) e assim por diante.

dando um pouco mais de atenção para a *Confissão de Fé de Westminster* (1647), inclusive por seu caráter mais abrangente, já que foi o resultado de maturação teológica. Ela foi escrita cerca de um século depois dos documentos produzidos por Ulrico Zuínglio, João Calvino, Henrique Bullinger e outros reformados.

Esse panorama confessional dos fundamentos da eclesiologia irá examinar apenas a natureza da igreja. Não entrará em desdobramentos dessa natureza sobre questões como governo eclesiástico, meios de graça, sacramentos, relação com o estado, etc. Três subtópicos da natureza da igreja estarão em foco: a essência da igreja, seus atributos e algumas distinções. Aplicações sucintas serão levantadas no decorrer do artigo. Ao final veremos, a partir das confissões, quanto é possível concluir acerca do que é uma eclesiologia genuinamente reformada.

2. VOLTANDO À ESSÊNCIA

Louis Berkhof chama a atenção para uma diferença muito presente na história entre o conceito católico romano de igreja e a concepção protestante de igreja. A concepção católica romana remonta à ênfase na organização hierárquica que culminou no pontificado (“pontífice” vem do latim “pontifex”, que significa “mediador”) e enfocou a eclesiologia na organização visível composta pelo colégio de bispos. Os romanistas fazem distinção entre a *ecclesia docens* (igreja docente, i.e., o clero) e a *ecclesia audiens* (igreja ouvinte, i.e., os leigos), mas no sentido estrito a igreja é só o primeiro grupo.⁶ Por isso um dos títulos favoritos para a igreja é *mater fidelium* (mãe dos fiéis). “Não é Cristo que nos leva à igreja, mas a igreja que nos leva a Cristo.”⁷

Berkhof indica que essa eclesiologia tem uma raiz antiga, que remonta às heresias e perseguições do 2º e 3º séculos.⁸ Essa tendência organizacional foi uma resposta aos movimentos cismáticos (montanismo, novacianismo e donatismo, no 2º, 3º e 4º séculos, respectivamente), que, alegando mundanismo e corrupção na igreja, fizeram da santidade dos membros o verdadeiro sinal da igreja autêntica. Os novacianistas afirmavam que a igreja não poderia

⁶ Observe como o Primeiro Concílio Vaticano explicita isso: “A Igreja de Cristo não é uma comunidade de iguais, na qual todos os fiéis tenham o mesmo direito. Ela é uma sociedade de desiguais, não apenas porque entre os fiéis alguns sejam do clero e outros sejam leigos, mas também porque existe na igreja o poder que vem de Deus, o qual é dado a alguns para que santifiquem, ensinem e governem, ao passo que a outros, não”. Apud MCGRATH, Alister E. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*. São Paulo: Shedd Publicações, 2005, p. 559.

⁷ BERKHOF, Louis. *Teologia sistemática*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1994, p. 557.

⁸ “O surgimento de heresias tornou imperativa a enumeração de algumas características pelas quais se conhecesse a verdadeira igreja católica. Isso teve a tendência de fixar a atenção na manifestação externa da igreja. Começou-se a conceber a igreja como uma instituição externa, governada por um bispo como sucessor direto dos apóstolos e possuidor da tradição verdadeira. A catolicidade da igreja recebeu forte ênfase.” BERKHOF, 1994, p. 562.

perdoar os que negaram a fé durante a perseguição de Décio (249-251 A.D.) e depois quiseram ser readmitidos na igreja. Em resposta à frouxidão de bispos quanto à disciplina ao readmitir tais membros, os novacianistas rebatizavam seus adeptos.

Os donatistas demonstraram igual tendência durante a perseguição de Diocleciano. Insistiam numa rigorosa disciplina eclesiástica e uma comunidade pura, rejeitavam ministros indignos e protestavam contra a interferência do Estado nas questões religiosas.⁹

Embora o conceito de igreja como “mãe dos fiéis” já esteja presente em Tertuliano (c. 160-225),¹⁰ foi Cipriano (200-258), bispo de Cartago, o maior articulador dessa eclesiologia episcopal. O conceito de que “não há salvação fora da igreja” (*extra ecclesiam nulla salus* ou *salus extra ecclesiam non est*) sacralizou a instituição. “O bispo era considerado absoluto governante da igreja. A ele competia decidir quem podia pertencer à igreja e quem podia ser restaurado à comunhão.”¹¹ O especialista em patrística J. N. D. Kelly afirma que em Cipriano o critério de filiação na igreja mudou de “ensino assegurado como apostólico pelo episcopado” (posição de Irineu) para “submissão ao próprio bispo”. Para Cipriano, doutrina correta ou vida virtuosa não diminuía a gravidade de ser um cismático. Tanto é que Cipriano fala do próprio Novaciano: “Não estamos interessados no que ele ensina, visto que o faz fora da igreja. Independentemente do tipo de homem que é, não é cristão quem não está na igreja de Cristo”.¹² A validade dos batismos administrados por hereges foi negada por Cipriano. Começou a nascer o conceito sacramental denominado *ex opere operato* (a realização correta e eclesiástica do rito concede graça ao recipiente), o qual foi rejeitado pelos reformadores, que defendiam a necessidade da fé para que os sacramentos funcionassem como meios de graça.¹³

Na sua obra *Da Unidade da Igreja*, Cipriano enfatiza tanto a primazia de Pedro quanto a unidade dos bispos.¹⁴ Há controvérsias quanto à interpretação

⁹ BERKHOF, Louis. *A história das doutrinas cristãs*. São Paulo: PES, 1992, p. 206.

¹⁰ KELLY, J. N. D. *Doutrinas centrais da fé cristã*. São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 150-151. Tertuliano, no final de sua vida, tornou-se montanista e adotou o sacerdócio dos leigos.

¹¹ BERKHOF, 1992, p. 206.

¹² Apud KELLY, 1994, p. 155.

¹³ MULLER, Richard A. *Dictionary of Latin and Greek Theological Terms*. Grand Rapids: Baker, 1985, p. 108.

¹⁴ “O Senhor disse a Pedro: ‘Eu te digo que tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha igreja’ (Mt 16.18). Edificou a sua Igreja sobre um homem; e, ainda que tenha dado a todos os apóstolos um igual poder ao lhes dizer: ‘Assim como meu Pai me enviou, eu também vos envio’ (Jo 20.21-23), ele tem ordenado mediante sua autoridade a fonte de unidade a partir de um só homem... É a esta Igreja una que o Espírito Santo se refere no Cântico dos Cânticos, dizendo-lhe na pessoa do Senhor: ‘Uma é a minha pomba, uma só a minha perfeita, a única de sua mãe, a predileta daquela que deu à luz’

dessa obra.¹⁵ Ela contém frases famosas como “Não pode ter a Deus por Pai quem não tem a Igreja por mãe” e analogias como a da túnica de Cristo que foi conservada intacta: “Quem rasga e divide a Igreja de Cristo não partilhará da túnica de Cristo”.¹⁶ Em uma carta ele assevera que, embora “a multidão dos rebeldes possa separar-se da Igreja, a Igreja nunca se separou de Cristo. A Igreja é formada pelo povo unido a seus sacerdotes e pelo rebanho reunido a seu pastor” (Epístola LXVI.7).¹⁷

Agostinho, em sua obra *De unitate ecclesiae*, perpetuou essa ideia cipriânica da igreja como mãe dos fiéis.¹⁸ Foi em seus embates com os donatistas que ele desenvolveu sua eclesiologia. Agostinho entendia que a igreja do presente era mista e não pura como a do futuro. Porém, em resposta às críticas donatistas desse conceito, “ele afirmou que a pureza da única Igreja Católica também se verifica no presente, porém que a contemplava mais particularmente na instituição externa, com seus ofícios, sacramentos e ministrações”.¹⁹

Em contrapartida ao conceito católico romano de igreja que se desenvolveu a partir de Cipriano e Agostinho, o conceito protestante de igreja rompeu com a força do bispado. A Reforma foi uma reação contra a concepção externa da eclesiologia de Roma. Ela centralizou a atenção na igreja como organismo espiritual. A quebra da distinção entre o clero e o laicato (sacerdócio universal dos crentes) deu ênfase à igreja como *communio sanctorum* (comunhão dos santos). Essa expressão tirada do *Credo Apostólico* é utilizada, junto com expressões sinônimas, pela *Primeira Confissão Helvética* (“a comunhão e congregação de todos os santos”, art. 14), pela *Confissão Galicana* (“companhia dos fiéis”, art. 27), pela *Confissão Escocesa* (“comunhão não de pessoas profanas, mas de santos”, cap. 16), pela *Confissão Belga* (“santa congregação e assembleia de verdadeiros crentes cristãos”, art. 27), pela *Segunda Confissão Helvética* (“a comunhão de todos os santos”, 17.1) e o *Catecismo de Heidelberg* explica o sentido vertical e o sentido horizontal dessa expressão:

Primeiro, que todos os fiéis, como participantes do Senhor Cristo e todos seus tesouros e dádivas, deverão partilhar de uma comunhão. Segundo, que cada um deve saber que está obrigado a usar seus dons livre e alegremente para o benefício e bem-estar de outros membros (perg. 55).

(Ct 6.9)... Esta unidade a devemos professar e preservar, particularmente nós que presidimos na Igreja na qualidade de bispos, para poder provar que o próprio episcopado é uno e indiviso.” BETTENSON, Henry. *Documentos da igreja cristã*. 3a. ed. São Paulo: ASTE/Simpósio, 1998, p. 131.

¹⁵ Ver a discussão de manuscritos e interpretações em KELLY, 1994, p. 154-155.

¹⁶ BETTENSON, 1998, p. 133.

¹⁷ BETTENSON, 1998, p. 133.

¹⁸ Cf. VAN BAVEL, Tarcisius J. “Church”. In: FITZGERALD, Allan D. (org.). *Augustine through the Ages: An Encyclopedia*. Grand Rapids: Eerdmans, 1999, p. 174-175.

¹⁹ BERKHOF, 1992, p. 207.

O conceito de “comunhão dos santos” é tão importante para o conceito protestante de igreja que a *Confissão de Fé de Westminster* tem um capítulo inteiro com esse título (cap. 26).

Isso não significa que os reformadores não pudessem usar terminologia e analogias eclesiológicas outrora usadas na cristandade. João Calvino, por exemplo, chama a igreja de “mãe” no sentido de gerar, nutrir e proteger os fiéis (*Inst.* IV.i.4). Timothy George afirma que o caráter maternal da igreja em Calvino “é visto especialmente em sua dispensação dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor”.²⁰ Nunca, porém, ela é distinta dos fiéis, formada apenas pelos pastores. Tanto luteranos como reformados trabalharam bem a distinção entre igreja visível e invisível, em contraponto à externalização romana da igreja e, por outro lado, a espiritualização anabatista da igreja.

Outro exemplo seria a expressão cipriânica usada pela *Confissão de Fé de Westminster* de que fora da igreja “não há possibilidade ordinária de salvação” (25.2). A ideia não é apontar uma única igreja verdadeira, como fazem os católicos romanos, mas afirmar que fora dos meios de graça não é comum Deus salvar – os textos-prova apontam para pregação, batismo e ceia. Deus pode até ocasionalmente salvar alguém através da leitura da Bíblia, sozinho em lugar longínquo, porém isso é exceção.²¹ O meio ordinário de salvação é pela pregação da palavra, ministração dos sacramentos e oração. É quando a igreja chega às pessoas que elas normalmente são salvas.²²

O que essa definição protestante da essência da igreja nos ensina acerca de uma eclesiologia reformada? Primeiro, que o que une os crentes a Deus e uns aos outros não é externo (membrosia na igreja), mas o elemento orgânico da unidade, a própria vida, que ganha o nome de “comunhão”. Fomos chamados à “comunhão” (*koinonia*) com o Pai (1 Jo 1.3,6), com o Filho (1 Co 1.9; 10.16) e com o Espírito (2 Co 13.13; Fp 2.1). Não há um texto em todo o Novo Testamento que diga que perdemos a *koinonia* com Deus, pois ela não depende de nosso desempenho. Essa é a comunhão que nos une uns aos outros. É próprio

²⁰ GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 237.

²¹ A. A. Hodge também apresenta o caso dos que morrem na infância, mas são salvos, como sendo uma excepcionalidade. HODGE, A. A. *Confissão de Fé de Westminster comentada por A. A. Hodge*. São Paulo: Os Puritanos, 1999, p. 426.

²² Clowney entende que o sentido é que não há salvação fora de Cristo: “Já que a salvação está somente em Cristo, há um sentido no qual não há salvação fora da igreja de Cristo, pois aqueles que o Espírito une a Cristo são unidos a todos os outros que estão em Cristo... Todos os que conhecem a salvação de Deus conhecem-na como membros do corpo de Cristo.” CLOWNEY, Edmund. *A Igreja*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007, p. 52. Esse também é o sentido retratado pela *Confissão Escocesa* (cap. 16) e pela *Confissão Belga* (art. 28). Porém, a afirmação de que não há salvação fora dos salvos (i.e., a igreja) parece pouco proveitosa e não é o sentido apresentado pela CFW. O parágrafo em questão deixa claro que ela está tratando da igreja visível. Esse também é o sentido da expressão na *Segunda Confissão Helvética* (17.11-12).

dos crentes perseverarem nessa comunhão vertical e preservarem a comunhão horizontal (At 2.42; 1 Jo 1.7). Uma igreja que valoriza essa vida procedente do cabeça que nos une mais do que elementos externos de união (ministérios, reuniões) está focada na essência da igreja. A vida da igreja não está em nossas atividades, mas em Cristo.

Em segundo lugar, os crentes e seus mestres devem ser tratados como iguais. Todos são chamados de “santos”, separados por Deus para a sua gloriosa redenção. Se todos são iguais, isso significa por exemplo que não devemos achar que os pastores não possam ser servidos por seus irmãos da mesma maneira que eles os servem. Os pastores também deveriam ser ensinados, aconselhados e dirigidos por outros membros da igreja (oficiais ou não) com os dons para tal serviço. O sacerdócio universal dos crentes precisa ganhar aplicações mais práticas do que tem acontecido.

3. AS PRIMEIRAS CARACTERÍSTICAS

Após detectar o que constitui a essência da igreja na perspectiva protestante, é importante ressaltar as suas características básicas conforme traçadas no decorrer da história. Na patrística, o *Credo Niceno* (nome do credo estabelecido no Concílio Ecumênico de Constantinopla, em 381 A.D.) reúne quatro características que vieram a ser denominadas “atributos da igreja”: unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade.²³ Esses atributos visavam apresentar as características fundamentais mediante as quais se poderia discernir a igreja verdadeira em meio às muitas heresias e facções.²⁴ Os atributos são tanto dádivas divinas como o ideal de igreja pelo qual batalhamos. Há mandamentos bíblicos para que participemos da transformação da igreja: preservar sua unidade, zelar por sua pureza, manter sua apostolicidade e expandir sua catolicidade. Deus é quem assegura a existência permanente desses atributos na sua igreja, mas ele nos conclama a participar dessa obra.

Embora não haja discordância entre os diversos ramos da cristandade quanto à existência dos atributos, o sentido que eles ganham para diferentes eclesiologias depende de algumas distinções importantes da história da igreja.

²³ A expressão latina *et unam, sanctam, catholicam et apostolicam ecclesiam*, por vezes, tem sido erroneamente traduzida por “[creio] em uma igreja, santa, católica e apostólica”, quando na verdade a palavra “*unam*” funciona como adjunto adnominal e deveria ser traduzida assim: “[creio] na igreja uma, santa, católica e apostólica”.

²⁴ A mesma preocupação, na época da Reforma, suscitou a discussão sobre as marcas da igreja: a fiel pregação da Palavra, a correta ministração dos sacramentos e o fiel exercício da disciplina eclesiástica (esta última foi endossada por vários símbolos de fé embora não por todos os escritores reformados). As marcas apontam para o elemento coletivo da igreja. Uma pessoa não é igreja pois não há pregação, nem sacramento, nem disciplina. Somos convocados à *communio sanctorum*, onde essas práticas acontecem. As comunidades paraeclesiásticas devem apoiar a igreja (por exemplo, ministérios com jovens universitários), nunca substituí-la.

A primeira distinção importante é a de organismo e organização (ou instituição). Enquanto católicos romanos tendem a enfatizar a organização, evangélicos em geral vão ao outro extremo de organização minimalista para não tirar a vida do organismo. A eclesiologia reformada sempre foi equilibrada em não superestimar nem subestimar a instituição. O organismo é vivo e permanece mesmo quando a instituição é corrompida. Porém, o organismo precisa se manifestar como instituição.²⁵ É a instituição que proporciona a situação de edificação do povo. Quanto a isso a *Confissão de Fé de Westminster* afirma que foi à igreja organizada que os “oráculos e as ordenanças” (Palavra e sacramentos) foram dados como meios de graça para o aperfeiçoamento dos santos; mas a eficácia de tais meios de graça só acontece “pelo seu Espírito... segundo a sua promessa” (25.3). Esta última frase em um parágrafo sobre a igreja organizada, visível, demonstra que é o organismo que permeia a organização.

Em complemento à primeira distinção, outra distinção eclesiológica importante é a de igreja visível e invisível. A distinção entre a igreja invisível (como Deus a vê) e a visível (como os crentes a veem) foi inicialmente formulada por Agostinho a partir de seu conceito de “igreja mista”,²⁶ posteriormente trabalhado por Calvino (*Inst.* IV.i.7), e aparece nas confissões da Reforma (*Primeira Confissão Helvética* – art. 14, *Confissão Escocesa* – cap. 16, *Segunda Confissão Helvética* – 17.13). A igreja é chamada “invisível” porque para nós seus contornos são muito incertos. Muitos que parecem ser parte dela, na verdade, não lhe pertencem, e é possível que muitos lhe pertençam realmente, cuja união com ela não se manifesta (por exemplo, gente alcançada no leito de morte ou em campos missionários). A igreja se torna visível pela profissão de fé e obediência externa de seus membros.

Essa distinção não pode ser abusada, como se só a igreja invisível importasse. A distinção ajuda a direcionarmos tanto o nosso compromisso com a igreja quanto a missão dela no mundo. Nosso compromisso com a igreja é de amor. Alguns evangélicos parecem amar a igreja invisível (ideal) e detestar a visível (real). Isso é impossível!! O apóstolo João nos ensinou que ninguém pode declarar amor pelo Deus invisível se não tiver amor pelo irmão que se vê (1Jo 4.20). Como bem disse Calvino, embora creiamos na igreja invisível, somos ordenados a honrar e manter comunhão com a visível (*Inst.* IV.i.7). A distinção também ajuda a entendermos a missão da igreja no mundo. A igreja

²⁵ Deus nunca foi contra a organização do seu povo. No Antigo Testamento, Deus primeiramente forma uma *raça* (descendentes de Abraão), depois uma *nação* (êxodo por intermédio de Moisés), para enfim entrar na terra e estabelecer-se nela como um *povo* (nos dias de Josué): “raça eleita... nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus” (1 Pe 2.9). O fato de esse desenvolvimento veterotestamentário ser a história da igreja a quem Pedro escreve confirma que Deus não faz objeção nenhuma a institucionalizarmos o funcionamento da igreja. O apóstolo Paulo deu várias instruções sobre o governo da igreja.

²⁶ HORTON, Michael. *A Christian Faith: A Systematic Theology for Pilgrims on the Way*. Grand Rapids: Zondervan, 2011, p. 738.

verdadeira (invisível) precisa se preocupar com a sua visibilidade “para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17.21). Isto é, o testemunho da igreja está obviamente relacionado à sua visibilidade. Clowney é muito perspicaz quando afirma: “Se somente a igreja invisível importa, há pouca necessidade de nos preocuparmos com a unidade, santidade e até mesmo com a apostolicidade da igreja”.²⁷ O que ele está dizendo é que só podemos reconhecer atributos se eles se tornam visíveis. Contra eclesiologias evangélicas que minimizam o caráter organizacional e visível da igreja, a eclesiologia reformada enfatiza a necessidade de os atributos se tornarem visíveis na organização da igreja.

Em contrapartida, a eclesiologia reformada também se opõe à ênfase institucional dos atributos no catolicismo romano.²⁸ De acordo com o *Catecismo da Igreja Católica*, a única igreja de Cristo é aquela “governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele” e, por isso, a unidade da igreja é assegurada por tais “laços visíveis” como a sucessão apostólica. A catolicidade está “verdadeiramente presente” nas comunidades em união “com o seu bispo, ordenado na sucessão apostólica”, e a apostolicidade é fundamentada no “colégio dos bispos”.²⁹ Os reformados, porém, atentam para o caráter orgânico e invisível da igreja o qual ensina como os atributos são primariamente apropriados pela fé, antes que por vista. “É preciso fé para confessar esses atributos da igreja porque nós não conseguimos ver muitos deles”, escreve Joel Beeke.

Quando olhamos para a aparência externa da igreja, suas vestimentas parecem sujas e rasgadas. Nós vemos falta de unidade onde deveria existir unidade, impureza em vez de santidade, sectarismo no lugar de catolicidade, apostasia e não apostolicidade.³⁰

Beeke está consciente de que a igreja nem sempre é caracterizada de modo evidente por seus atributos. É por isso que a existência dessa igreja, nos credos antigos, é objeto de fé (“creio... na igreja”).

A catolicidade da igreja, por exemplo, foi alvo de entendimentos distintos na época da Reforma Protestante por causa das distinções. No século 16, a falta de amplitude geográfica do movimento reformador foi alvo da acusação

²⁷ CLOWNEY, 2007, p. 105.

²⁸ Robert Reymond afirma que os atributos passaram a ser interpretados de forma institucional no romanismo: a unidade em termos de submissão ao papa; a santidade aplicada tanto aos sacramentos, especialmente a missa, quanto à soteriologia semipelagiana; a catolicidade não só na Europa, mas onde as bandeiras da Espanha e Portugal colonizavam; e a apostolicidade vista na autoridade do papa em virtude da sucessão apostólica direta. REYMOND, Robert L. *A New Systematic Theology of the Christian Faith*. 2. ed. Nashville: Thomas Nelson, 1998, p. 847-848.

²⁹ *Catecismo da Igreja Católica*, par. 815- 816, 832-833, 857.

³⁰ BEEKE, Joel. Coisas gloriosas são ditas sobre ti. In: MACARTHUR, John et al. *Avante, soldados de Cristo: uma reafirmação bíblica da igreja*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010, p. 42.

romana de que não eram católicos. Em resposta, os reformadores tomaram emprestado o conceito cronológico de catolicidade de Tomás de Aquino e falaram de sua universalidade na história.³¹ A *Confissão de Fé de Westminster* expressa essa catolicidade cronológica quando afirma: “A Igreja Católica ou Universal, que é invisível, consiste do número total dos eleitos que já foram, dos que agora são e dos que ainda serão reunidos em um só corpo, sob Cristo, seu cabeça” (25.1).³² Tal confissão, contudo, não ficou sem equilíbrio pois também reconheceu o aspecto antropológico e geográfico da catolicidade:

A Igreja Visível, que também é católica ou universal sob o Evangelho (não sendo restrita a uma nação, como antes sob a Lei) consiste de todos aqueles que pelo mundo inteiro professam a verdadeira religião, juntamente com seus filhos (25.2).

Observa-se que, por causa de uma catolicidade ainda imperfeita, a Confissão afirma que a “Igreja Católica tem sido ora mais, ora menos visível” (25.4).

A *Confissão de Fé de Westminster* ainda reconheceu a força do caráter invisível da apostolicidade e da santidade da igreja quando rejeitou uma apostolicidade ligada a uma pessoa (25.6) e afirmou que a apostolicidade verdadeira é medida conforme a pureza da igreja na Palavra, nos sacramentos e no culto (25.4). A sobrevivência da igreja, mesmo após períodos de apostasia (25.5), é prova de sua catolicidade.³³

Aplicando a debates modernos, como é que as distinções nos ajudam a entender quais devem ser as características da igreja? David F. Wells faz-nos atentar para o fato de que o evangelicalismo moderno, em nome da “relevância” (termo que disfarça a busca do sucesso), tem oscilado entre a preocupação marqueteira em atrair os “clientes” para as megaigrejas repletas de atividades (ênfase exagerada na visibilidade da igreja) e a igreja sem contornos, de pequenos grupos ou virtual, mas sempre desvinculada de autoridade e exigências (ênfase exagerada na invisibilidade da igreja).³⁴ Contra os “marqueteiros” e “emergentes”, Wells propõe que atentemos para o que a igreja “já” é e o que ela “ainda não” é. Não cabe a nós “repensar a igreja visível” (confundindo a natureza da igreja com o seu desempenho), pois a igreja não é criação humana, mas repensarmos nossos pensamentos sobre a igreja.³⁵

³¹ MCGRATH, 2005, p. 569-570.

³² A *Segunda Confissão Helvética* afirma que essa catolicidade não é “limitada por tempo ou espaço” (17.2).

³³ Cf. *Confissão Belga*, art. 27.

³⁴ WELLS, David F. *Coragem para ser protestante*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010, p. 14-27.

³⁵ WELLS, 2010, p. 200-202.

4. O QUE SERIA UMA ECLESIOLOGIA CONFSSIONALMENTE REFORMADA?

O ponto inicial deste artigo foi estabelecer que se começa a entender uma eclesiologia reformada não pelos seus contornos (se o sistema de governo é presbiteriano, se a presença de Cristo na ceia é entendida conforme exposta por João Calvino, quantos meios de graça nós temos, etc.), mas pela natureza da igreja. E para descobrir o que é eminentemente reformado na natureza da igreja, nós nos voltamos não para a experiência ou para teólogos luminares da tradição reformada, mas para as confissões históricas.

Percebe-se nessa incursão inicial que uma eclesiologia reformada não é tão simples de ser definida. Os diferentes atributos vistos pelas diversas distinções permitem uma variedade de aplicações que extrapolam a capacidade deste ensaio. Por outro lado, o rápido panorama sobre a comunhão (catolicidade e unidade) dos santos (santidade e apostolicidade) permite reflexões profundas tanto sobre o que a igreja é no presente (razão de nosso amor e honra) quanto sobre o que ela há de ser no futuro (razão de nossa esperança e fé).

O estudo da natureza da igreja nos permite identificar onde Deus está trabalhando, não o que devemos amar. A igreja ainda é uma obra em construção – cheia de escombros, entulhos e sujeira – com pessoas inacabadas, repletas de imperfeições. “Nós ainda estamos sendo ajustados (Ef 2.21). A igreja ainda está sendo erguida (v. 22). Deus ainda não a terminou. As imperfeições e as marcas na igreja visível ainda estão sendo refinadas pelo Mestre de obras”, disse John MacArthur.³⁶ Mas isso não tira o amor que Cristo já teve e tem pela igreja. Cristo ama a igreja da maneira como ela é hoje, com vistas a torná-la o que ela deve ser amanhã. Cristo não se casa com uma virgem. Ele se casa com uma mulher suja e a faz virgem, pura (Ef 5.25-27). Esse é o único casamento que eu conheço em que com o passar dos anos a noiva fica mais jovem e bela. Porque Cristo a ama, nós devemos amá-la na expectativa do que ela há de ser. Na busca por uma eclesiologia reformada, a fé, a esperança e o amor pela igreja reformada devem crescer.

ABSTRACT

As he raises the question of what is a Reformed ecclesiology, the author demonstrates an identity problem when sympathizers of this tradition bring up issues that do not represent the core of ecclesiology or ground their answers on their own experience or on a key theologian. As a more faithful way for the tradition under discussion, the author proposes to analyze the nature of the church in light of some Reformed confessions. As he presents the essence of Reformed ecclesiology imbedded in the phrase “communion of the saints” and

³⁶ MACARTHUR, John F. Eu amo a tua igreja, ó Deus! In: MACARTHUR, 2010, p. 14.

describes the four attributes of the church (one, holy, catholic, and apostolic) in light of important distinctions (organism vs. organization, visible vs. invisible), the author concludes that a Reformed ecclesiology is not something easy to define, but also that a better understanding of the Reformed concept of the church instills love for what God has already done in the church, besides faith and hope regarding what he will do in it.

KEYWORDS

Ecclesiology; Reformed church; Creeds; Confessions; *Mater fidelium*; *Communio sanctorum*; Attributes of the church; Marks of the church.